

FMI acha que Constituinte ainda muda tributos

BETH CATALDO

IND

BRASÍLIA — O Fundo Monetário Internacional (FMI) acredita que só será possível traçar um quadro mais preciso sobre o comportamento da área fiscal brasileira para o próximo ano após a conclusão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e da efetiva entrada em vigor da nova Constituição. A avaliação foi feita, ontem, pelo Chefe da missão do Fundo que se encontra há uma semana no País, Thomas Reichmann.

Ele deu como exemplo de influência da Constituinte na área tributária a definição sobre a data em que entrará em vigor a nova estrutura do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que subtrai uma parcela da receita tributária da União. Reichmann informou que tem acompanhado as recentes medidas adotadas pelo Governo com relação ao aumento da carga tributária para o próximo ano, mas que não considerará definitivo o conjunto de decisões já divulgado. "Cogita-se de medidas aqui e ali", disse, que ainda não foram efetivamente decididas pelo Governo.

Ele fez questão de ressaltar que a missão do FMI tem se limitado a ouvir os esclarecimentos da área econômica do Governo sobre as decisões adotadas, evitando emitir juízos de valor sobre as medidas. O trabalho da missão atual, assegurou, será apenas de avaliação, cabendo ao Governo brasileiro a iniciativa sobre a negociação de um acordo formal com a instituição. A negociação de um acordo formal não demandaria mais do que três semanas, a partir da decisão do Governo brasileiro de iniciar os entendimentos.

O chefe da missão esclareceu, ainda, que não houve qualquer discussão concreta com o Governo brasileiro sobre o montante de recursos a serem emprestados pelo FMI no eventual acordo *stand by* a ser estabelecido pelo País. A vinda de uma missão, para negociar este acordo,



Reichmann: área fiscal indefinida

ainda não está definida.

Ele adiantou, entretanto, que a definição sobre o volume desses recursos depende da avaliação da economia brasileira pelo Fundo Monetário e das necessidades de financiamento que o país apresentar. Não há, segundo Reichmann, uma vinculação direta entre o período abrangido pelo futuro acordo e o nível dos financiamentos concedidos pela instituição. A atual missão do FMI deverá encerrar seus trabalhos no País na próxima sexta-feira, mas antes disso, provavelmente na terça ou quarta-feira próxima, os técnicos visitarão a Cacex, no Rio, durante um dia, para levantar dados relacionados ao comércio exterior.

Bracher terá apoio de Diretor do Bird

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Enviado Especial

ACAPULCO — Quando reiniciar a negociação da dívida externa com os banqueiros na próxima segunda-feira, em Nova York, o grupo de técnicos liderado pelo Assessor Especial para Assuntos da Dívida, Fernão Bracher, terá um reforço especial: o Diretor Executivo do Brasil no Banco Mundial (Bird), Pedro Malán, passará a integrar a equipe.

Essa incorporação, segundo funcionários do Ministério da Fazenda, não significa que o Bird vá sentar-se à mesa de negociações do lado brasileiro. Segundo eles, ao contrário do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, que chega a interferir diretamente nos contatos entre o Brasil e os banqueiros, a Direção do Banco Mundial não teria nada a ver com isso, no momento.

— O Malán entra na negociação como pessoa física. Entra com o corpinho dele... — disse Fernão Bracher ao GLOBO, ontem. — Eu procuro lançar mão de todas as pessoas que podem contribuir nessa história, e o Pedro Malán é muito competente e bem informado. Por isso faz parte do grupo. Mas isso não significa que ele irá a todas as reuniões — completou Bracher.

A renegociação será iniciada segunda-feira e se prolongará até o dia 20 de dezembro. Ao chegar a Nova York ele encontrará — à espera da assinatura — um contrato de 131 páginas referente ao acordo preliminar, que se refere aos juros (US\$ 4,5 bilhões) referentes a este ano. Depois de um intervalo de duas semanas, devido ao Natal e Ano Novo, os encontros serão retomados — para que se chegue a um acordo final de médio prazo (juros e principal de 1988 e 1989) até, no máximo, dia 15 de janeiro.

— A nossa expectativa é a de sempre: para cima e para o alto — comentou Fernão Bracher.

Bresser Pereira defende trabalho de constituintes

CIDA FONTES
Enviada Especial

ACAPULCO — Envolvido com a negociação da dívida externa e com os ajustes internos da economia, o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, fez uma pausa para falar de um assunto que foge a sua atividade diária: política. Defensor da implantação do parlamentarismo para o sucessor do Presidente Sarney, Bresser derrubou dois argumentos dos presidencialistas: a ausência de estrutura administrativa e de partidos políticos fortes no Brasil.

Para o Ministro, a crise política será resolvida após o término da Constituinte. No seu entender, o processo de transição traz incertezas e a crise provoca um sentimento de pessimismo e descrença no povo brasileiro. Bresser defende o mandato de cinco anos para Sarney, e acha que a divisão do PMDB colocaria em risco o êxito do partido na sucessão.

Bresser Pereira sustenta que "os constituintes estão fazendo uma coisa séria, que às vezes a gente discorda em alguns pontos, mas não invalida que estão fazendo um trabalho que envolve ideologia e conflitos. Temos de dar todo apoio para que a Constituinte conclua seu trabalho".

O GLOBO — Depois de sete meses no comando da economia, o senhor tem alguma frustração?

Bresser Pereira — Sinto de parte da grande maioria da sociedade uma incompreensão básica da crise que vivemos. Os trabalhadores não se conformam porque seus salários estagnaram desde 1980 e essa situação não mudará enquanto a economia não voltar a crescer.

Os empresários também não se conformam porque seus lucros e investimentos não aumentam em termos reais desde 1980. Essas duas categorias, juntas, não se conformam porque o setor financeiro aumentou sua participação na renda, o que é uma das coisas perversas da economia brasileira. E o próprio setor financeiro não se

sente tranqüilo porque percebe que é beneficiário da crise, mas não se sente seguro porque a inadimplência do setor privado e do próprio Governo aumenta a todo instante. Aí desconfia que seu lucro é falso. Se os trabalhadores, a classe média, e os empresários percebessem a natureza da crise, talvez reivindicassem menos e procurassem mais construtivamente ver soluções para a própria crise que permitiriam a retomada do crescimento econômico, uma razoável estabilidade de preços e maiores investimentos. Por outro lado, existem também os políticos, prefeitos, governadores e ministros.

O GLOBO — Mas o senhor é um forte defensor da teoria de que a inflação deriva do conflito distributivo...

Bresser Pereira — O que estamos assistindo desde 1981 é ao acirramento desse conflito porque os trabalhadores deixaram de ter seus salários aumentados. Aliás, aumentaram e depois caíram. Eles ficam inconformados e querem recuperar e isso dá inflação.

Outro fator inflacionário é que a crise política e econômica faz com que o Governo perca credibilidade e legitimidade. Então tudo que você faz não é levado a sério. Quando se fez o Plano Macroeconômico, todos os empresários e jornais diziam que em hipótese alguma o Governo atingiria as metas de déficit público. Era muito cedo para se dizer isso. A descrença da sociedade leva ao aumento da inflação e, conseqüentemente, ao aumento do déficit público que se torna ao mesmo tempo causa e conseqüência da inflação.

O GLOBO — Por que o senhor acha que o parlamentarismo seria melhor para o Brasil?

Bresser Pereira — Se pegarmos todos os países de democracia sólida no mundo vamos ver que só um é presidencialista. Se examinarmos os países asiáticos com grau de desenvolvimento econômico semelhante ao da América Latina, vamos ver que lá

todos são parlamentaristas e aqui somos presidencialistas. E lá a estabilidade política é maior que aqui. A Índia, por exemplo, um país de centenas de dialetos e várias religiões, desde a independência nunca teve um golpe de Estado. Tem um regime parlamentar estável.

O GLOBO — Os defensores do presidencialismo argumentam que o Brasil não tem estrutura partidária e administrativa para garantir o parlamentarismo.

Bresser Pereira — Isso é falso. No Brasil já tem uma tecnoburocracia razoavelmente estabelecida. Tem muita coisa a fazer para aperfeiçoá-la. Existem carreiras do Tribunal de Contas, de funcionários do Ipea, Iplan que dão certa estabilidade à estrutura administrativa do Estado brasileiro. Quanto aos partidos, é impossível serem fortes no presidencialismo. Os Estados Unidos não têm partidos fortes, eles são fracos. Eles só são fortes no parlamentarismo, porque aí a pessoa vota no partido sabendo que aquele partido é que vai escolher o Primeiro-Ministro.

O GLOBO — A Constituinte está agradando na parte da ordem econômica?

Bresser Pereira — Acho que sim. Há alguns problemas como estabilidade, direitos trabalhistas e proibição das empresas multinacionais operarem na distribuição do petróleo. Isso terá de ser mudado. Vejo com menor preocupação a jornada de 44 horas de trabalho e os outros problemas são de menor importância. Entendo que a sistematização fez um bom projeto.

O GLOBO — O senhor também é contra a estabilidade?

Bresser Pereira — A estabilidade não é compatível com o regime capitalista: dificulta a administração das empresas de forma racional. Tem de ter seguro-desemprego e colocar certos empecilhos na dispensa dos trabalhadores, mas não estabilidade.